

USP ESALQ - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo Data: 13-03-08 (quinta-feira) Caderno/Páginas: Cotidiano/C4

Assunto: USP novas regras

USP endurece regra para jubilar alunos

Caiu de três para dois semestres consecutivos o prazo máximo que o estudante pode ficar sem se matricular na universidade

Válidas desde anteontem. as mudanças só começam a ser aplicadas, no entanto, aos alunos que entraram na USP a partir deste ano

FÁBIO TAKAHASHI DA REPORTAGEM LOCAL

Uma mudança no regimento geral da USP tornou mais duras as regras para cancelar a matrí-cula (jubilação) de alunos que deixem de frequentar cursos. Avaliada desde 2005, a medida foi aprovada pelo Conselho Universitário no último dia 4 e passou a vigorar anteontem.

As mudanças, porém, só co-neçam a ser aplicadas aos estudantes que entraram na universidade a partir deste ano. A USP conta com cerca de 50 mil alunos na graduação.

A partir da nova resolução da pela reitora Suely lela, ficaram menores os períodos em que o aluno pode per-manecer fora da universidade sem perder automaticamente o direito à matrícula. O prazo caiu de três para dois semestres consecutivos sem matrícula.

"A intenção da nova regra é identificar com mais antece-dência aquele aluno que evadiu, para podermos usar essa vaga", disse o professor Quirino Augusto de Camargo Carmello, coordenador da câmara do conselho de graduação que anali-sou a mudança.

Anualmente, a USP faz um concurso de transferência, para

que estudantes de outras instituições possam ocupar as vagas

Outra mudança determinada pelo conselho prevê que o alu-no perde a matrícula quando ficar dois semestres seguidos sem nenhum crédito (ou seja, aprovado em ao menos uma disciplinas). O regimento anti-go previa até quatro semestres.

Uma das alterações mais contundentes do regimento acaba com a possibilidade de o aluno ficar indefinidamente fora da universidade sem perder o vínculo de forma definitiva.

O aluno excluído podia pedir reanálise e, havendo vaga, retomar o curso a qualquer momento (mesmo que 20 anos de-pois). Agora há um limite de cinco anos para isso -e o pediO QUE MUDOU NO REGIMENTO DA USP

Mudanças serão aplicadas a alunos que entraram em 2008

COMO ERA

>> Se o aluno não se matriculasse por

>> Se o aluno não fosse aprovado em nenhuma disciplina em 4 semestr consecutivos, excetuados trancamento

>> Se o aluno fosse reprovado por freqüência em todas as disciplinas qualquer um dos 2 ingresso

>> Se o aluno não fosse aprovado em ao menos 20% dos créditos em que estava matriculado nos stres anteriores

>> Os alunos que tivessem a matrícula cancelada podiam requerer seu retorno, sem que houvesse prazo nem limite de tentativas de reinscrição

CANCELAMENTO

>> Se o aluno não se matricular por

>> Se o aluno não for aprovado em nenhuma disciplina em 2 semestre consecutivos, excetuados os períodos de trancamento

>> Se o aluno estiver matriculado em disciplina anual e não for reprovado por freqüência, o cancelamento ocorre se ele não obtiver nenhum crédito em 4 semestres

>> Se não for aprovado em pelo menos 20% dos créditos em que se matriculou, nos

>> Os alunos que tiverem a matrícula cancelada podem requerer uma só vez e no máximo em cinco anos seu retorno à USP



ONDICIONAD À DECISÃO

NIVERSIDADE

VOLTA À USP

do só poder ser feito uma vez

Em viagem

A Folha procurou a reitora para comentar a mudança, mas a assessoria de imprensa infor-mou que ela está em viagem oficial e não pode conceder en-trevista. A instituição não informou quantos alunos são ju-bilados anualmente.

A reportagem procurou tam bém o DCE (Diretório Central de Estudantes) ontem, mas ninguém da diretoria estava. A Folha deixou recados, mas ninguém da entidade telefonou de volta para o jornal.

"A mudança no regimento ajuda a controlar problemas causados pela evasão, mas é preciso informar ao aluno quando ele estiver prestes a ser jubilado", diz o presidente da Adusp (Associação dos Docentes da USP), Otaviano Helene.

Helene criticou somente o estabelecimento de prazos para que o aluno apresente pedido para ser reincorporado. "É desnecessário, porque não implica nenhum custo para a uni-

Aumento de exigências deve acabar com "estudante profissional", dizem alunos

DAREPORTAGEMIOCAL

O aumento das exigências para que os alunos permane-cam na USP deve ajudar a pôr fim ao chamado "estudante profissional" -aquele que nantém o vínculo e usufrui da estrutura e dos benefícios da miversidade sem estudar.

Essa é a opinião de pessoas li-adas à USP ouvidas pela Folha ontem para comentar as mu-

dança no regimento geral.

A USP oferece, por exemplo, moradia estudantil e conjunto poliesportivo. Outra vantagem do vínculo, dizem eles, é a vida social dentro do meio universitário, além da atuação em movimentos políticos.

Esses "profissionais", relata um ex-aluno (com o co misso de não ser identificado) costumam se integrar a entidades estudantis, o que dá direito

a mais tempo antes da jubilação. "Tem muita gente que fica lá seis, sete anos, ocupando a vaga de quem quer realmente estudar, de quem passa vários anos no cursinho sem passar", diz F.C., 24, que colou grau em publicidade após seis anos (o curso tem duração regular de quatro anos).

Para o estudante Paulo Ro-berto Menechelli Filho, 24, quintanista da Faculdade de Direito, as mudanças são posi-tivas. "Acho bom diminuir o período-limite para o aluno ficar sem frequentar as aulas" diz ele, que trancou a matrícula em 2006, quando ficou um ano em Londres aprendendo inglês. "A USP é pública, e as va-gas devem ser usadas em benefício de todos. Então, não é certo que fiquem ocupando as va-

gas sem aproveitá-las."
Opinião diversa tem C., do

curso de ciências sociais, um dos líderes da invasão da reitoria da USP por 50 dias, no ano passado. "As medidas cumprem a lógica quantitativa, quanto mais gente conseguir o diploma, quanto mais rápido se formar, melhor. É o que que-rem mostrar à sociedade", diz.

Invasão da reitoria

A não-implementação das novas regras foi uma das condições impostas pelos alunos paradeixaremo prédio.

A reitoria afirmou, via assessoria, que não quebrou o acordo porque a exigência era que a medida saísse do Conselho Universitário e voltasse para o Conselho de Graduação — o que ocorreu. Após o retorno, porém, a medida foi aprovada novamente pelo Conselho de Graduação e, posteriormente, pelo Conselho Universitário.

